

DA CODEMAR À SANEPAR:

Análise dos sistemas de saneamento de Maringá à partir dos jornais de circulação diários, frente ao PLANASA

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

LOPES, Gabriela

Graduanda; Universidade Estadual de Maringá

gabrielalopes0710@gmail.com

CARNEIRO, Arthur Faiotto

Doutorando; Universidade Estadual de Maringá

arthurfaiottobr@gmail.com

BARBOSA, Leonardo Cassimiro

Professor Doutor; Universidade Estadual de Maringá

lcbarbosa@uem.br

1 INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, o Brasil passou a experimentar um rápido crescimento urbano, com a migração de pessoas de zonas rurais para as cidades, visto as oportunidades de trabalho geradas pela industrialização e pela concentração de atividades econômicas no espaço urbano (Santos, 1993). Esse crescimento acelerado, não acompanhado de políticas públicas e infraestruturas, produziu um território desigual, marcado por precariedades como a falta de saneamento, fazendo com que o abastecimento de água e a coleta de esgotos se tornassem uma das necessidades mais urgentes a serem enfrentadas pelo país, visto os baixos índices. (Rezende; Heller, 2008).

Em 1964 é instaurada a ditadura civil-militar, quando o planejamento territorial e urbano passou a desempenhar papel estratégico para legitimar o poder estatal, reorganizando as instituições públicas por meio de uma ótica centralizada. O planejamento urbano nesse período adotou uma

PENSAR FORA DO EIXO

abordagem tecnocrática, alinhando o processo de urbanização aos interesses do capital, ampliando a oferta de infraestruturas como estratégia desenvolvimentista. Reforçando desigualdades socioespaciais e condicionando o espaço urbano à lógica de produção do capital (Maricato, 2000).

Em 1971, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), é lançado, o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que dentre as estratégias objetivava eliminar o déficit de saneamento básico em menor tempo e com custos reduzidos, de forma a abranger todas as cidades brasileiras, principalmente as mais carentes. Em contrapartida, o governo federal fez exigências que deveriam ser cumpridas por estados e municípios. Dentre elas, a transferência dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário das prefeituras para as Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) (Almeida, 1977).

Essas exigências fortaleceram as CESBs, entretanto, acabaram por excluir municípios que optaram por não transferir a administração dos sistemas de saneamento para os governos estaduais, restringindo seu acesso a financiamentos. Ao decorrer da década de 1970, apesar do progressivo esvaziamento financeiro dos municípios, muitos optaram por resistir às pressões exercidas pelo Planasa. Entre 1971 e 1991 (período de vigência do Plano), estima-se que aproximadamente 25% dos municípios conseguiram preservar a autonomia na administração dos serviços sanitários (Rückert e Freitas, 2022, p.84).

O convênio do Planasa com o estado do Paraná, é assinado em março de 1972, até então a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) atuava na prestação de serviços sanitários em apenas 15 cidades do estado. Esse contrato possibilitou a entrada de recursos significativos e a expansão dos trabalhos da Companhia. O Planasa, priorizou o abastecimento de água em detrimento à coleta e ao tratamento de esgotos. O mesmo aconteceu no cenário paranaense, no qual a abordagem reforçada pelo Planasa foi replicada pelo estado, visto os custos mais elevados do esgotamento e o potencial financeiro do abastecimento de água (Carneiro, 2025).

A cidade de Maringá, fundada em 1947 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP) utilizou, em suas décadas iniciais, poços artesianos e pequenas redes comunitárias e particulares como única alternativa de acesso à água. A Companhia de Desenvolvimento de Maringá (Codemar) criada em 1962, foi a responsável pela implementação dos sistemas de abastecimento e esgotamento no município, que só passaram a operar a partir de 1969, priorizando o abastecimento de água e deixando o esgotamento para uma etapa posterior. Essa escolha se deveu tanto aos custos mais elevados de implantação quanto a percepção de menor impacto na

qualidade de vida da população, além da dependência técnica do esgotamento em relação ao fluxo hidráulico da água servida para seu funcionamento (Barbosa, 2016).

O convênio do Planasa com o Paraná, é assinado em março de 1972, através da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), que passa a atuar como detentora do plano no estado. Esse contrato possibilitou a entrada de recursos significativos e a expansão dos trabalhos da Companhia, que entre 1964-1972 apresentava uma atuação tímida. O Paraná reforçou a lógica do Planasa, que priorizou o abastecimento de água em detrimento à coleta e ao tratamento de esgotos, em razão dos custos mais elevados do esgotamento e o potencial financeiro do abastecimento de água (Carneiro, 2025).

Durante a vigência do Planasa no Paraná, a relação entre o município de Maringá e a Sanepar passou por algumas fases de aproximação, culminando na concessão definitiva dos serviços em 1980, que ocorreu após reestruturação administrativa, financeira e operacional vivenciada pelo município. Diante desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo retratar por meio da análise dos jornais de circulação diária do período, a trajetória do saneamento básico no município de Maringá durante o período de vigência do Planasa, entendendo os possíveis conflitos nas concessões dos sistemas de saneamento à concessionária estadual.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, de natureza historiográfica, adotou como procedimentos metodológicos a revisão da literatura e a análise de acervos dos jornais de circulação em Maringá, referente às décadas de 1970 e 1980. A revisão bibliográfica, baseada em dados secundários, possibilitou a construção de uma linha do tempo que abrange desde o contexto de formulação do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) até sua extinção, considerando os âmbitos nacional, estadual (Paraná) e municipal (Maringá). Buscou-se compreender as correlações entre a política nacional de saneamento e as ações implementadas nos níveis estadual e municipal.

O foco analítico concentrou-se no processo da concessão dos sistemas de saneamento básico do município de Maringá à concessionária estadual, a Sanepar. Para tanto, realizou-se a investigação de documentos jornalísticos encontrados nos acervos locais, os quais, por meio de reportagens e notícias, registraram a execução de obras de saneamento e os avanços associados à implementação do Planasa, em termos de índice de saneamento, no estado e no município, durante o período analisado.

3 RESULTADOS

Com o início das operações do sistema de abastecimento em 1969, observou-se que um dos desafios iniciais da Codemar era possibilitar água tratada a população e principalmente liquidar o abastecimento individual através dos lençóis subterrâneos de água, visto a contaminação. Em 1971, após dois anos de trabalhos, os jornais noticiavam que a situação de quase calamidade pública havia se transformado em “confiança da população, que jamais faltaria água tratada”, para as diversas camadas da população e aos mais diversos bairros da cidade. O Diário do Paraná, em 1971, estimava que setenta mil habitantes usufruíam da água tratada fornecida pela autarquia naquele momento, e que quando o sistema estivesse pronto, alcançaria no total noventa mil residências (Diário do Paraná, 3 out. 1971).

Para garantir a expansão da rede de abastecimento, a Codemar firmou um convênio de financiamento, em junho de 1970, com o BNH, Sanepar, Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e a Prefeitura Municipal de Maringá (PMM) cujos recursos seriam aplicados: no tratamento de água (recuperação de um decantador); reservatório (construção do reservatório enterrado 2 e da torre 2, na Praça Pio XII); recalque (dois novos conjuntos motor-bomba); e expansão da rede (mais 390 mil metros lineares) (Maringá Ilustrada, 1974 *apud* Barbosa, 2016, p. 284).

Após a aderência do Paraná ao Planasa em 1972, o interesse de Maringá em receber recursos do Planasa aparece pela primeira vez em 1973. Foi durante a gestão do prefeito Silvio Magalhães Barros (1973-1977) que solicitou que uma comissão de técnicos e engenheiros da Sanepar viessem à Maringá para realizar um tombamento contábil, financeiro-econômico e técnico da Codemar. Esse levantamento partiu do prefeito, após entendimento com a Câmara de Vereadores e diretores da Codemar, no qual tudo estava encaminhado para a anexação do município a Sanepar (Diário do Paraná, 25 maio 1973).

Contudo, tempos depois, o prefeito em entrevista ao mesmo jornal afirmou que Maringá não aderiu ao Planasa para não ter “água mais cara”. Na visão do prefeito, “a água tratada deveria ser vendida apenas para o custeio das despesas” e em Maringá a rede avançava satisfatoriamente com recursos municipais “o que não aconteceria se estas realizações fossem feitas pelos governos do Estado ou da União”. Alegava ainda, serem insuficientes os recursos previstos aos municípios no Plano, sendo, na sua visão, viável apenas para municípios de pequeno porte, que ainda não possuíam o sistema (O Diário do Norte do Paraná, 9 out. 1974 *apud* Barbosa, 2016, p. 289-290).

PENSAR FORA DO EIXO

A opção por não integrar o Planasa naquele momento pode ser fundamentada na estruturação já consolidada do sistema local: com as fases de maior custo de implantação já concluídas, a municipalização era economicamente atraente. Além disso, manter os serviços no âmbito municipal constituía uma importante ferramenta de propaganda política nos veículos de comunicação da época (Barbosa, 2016).

Maringá seguiu sendo administrada pela Codemar, que nos anos posteriores continuou a expandir a operação dos trabalhos. Em 1974, vários bairros de Maringá estavam recebendo a expansão da rede coletora de esgotamento sanitário, naquele momento, havia a liberação para o início das obras na Zona 4 e a instalação concluída por toda a extensão das zonas 1 e 2 (Jornal do Paraná, 21 dez. 1974).

Em contrapartida, no mesmo ano de 1974, o cenário de cidades atendidas pela Sanepar alcançava 50%, sendo que dentre os 174 sistemas de abastecimento existentes no estado, neste ano, 67 estavam sendo operados pela Companhia, e outros 60 já estavam no processo outorga para concessão, dados que mostram a relevância da Companhia Estadual no cenário de expansão do Planasa (O Diário do Norte do Paraná, 27 jul. 1974; 3 abr. 1975 *apud* Barbosa, 2016).

Durante a primeira metade da década de 1970, a conclusão do reservatório elevado 2, na Praça Pio XII, marcou a última grande obra do sistema de distribuição de água. O atendimento já ultrapassava 70% da população maringaense. Foi nesse contexto que a Codemar declarou sua autossuficiência econômica (O Jornal de Maringá, 16 ago. 1972; O Diário do Norte do Paraná, 9 out. 1974 *apud* Barbosa, 2016). Tal estratégia refletia a visão empresarial imposta pelo regime militar por meio do Planasa, para o setor de saneamento (Rezende e Heller, 2008).

Maringá através da Codemar, seguiu as mesmas diretrizes do Plano Nacional, mesmo não estando vinculada a ele. Em 1976, as principais áreas de expansão urbana já se encontravam plenamente atendidas pelo abastecimento de água, priorizando a expansão, neste momento, para atendimento dos bairros periféricos de menor porte (O Diário do Norte do Paraná, 07 mar. 1976; 8 out. 1976 *apud* Barbosa, 2016).

Entretanto, a partir de 1976, os jornais começaram a noticiar problemas em relação ao abastecimento de água em vários bairros da cidade (Jardim Alvorada, Vila Ipiranga e Vila Esperança), com registros da falta de água, que consequentemente levava a racionamentos. Em 1977 a população servida pelo sistema era de aproximadamente 140.000 habitantes, muito além

PENSAR FORA DO EIXO

da capacidade instalada, de 100.000 pessoas. (O Diário do Norte do Paraná, 23 jan. 1977; 7 ago. 1977; 6 nov. 1977; *apud* Barbosa, 2016).

As dificuldades enfrentadas para a manutenção e continuidade dos sistemas culminaram na extinção da Codemar em 1976, cujas funções foram absorvidas pela Secretaria Municipal de Expansão Econômica. Posteriormente, em 1978, ocorreu uma nova reestruturação com a fundação do Serviço Autárquico de Água e Esgoto (SAAE). Essa nova autarquia detinha autonomia administrativa e financeira, apresentando uma organização institucional muito similar à da antiga Codemar (Barbosa, 2016).

Após mudanças significativas na administração dos sistemas, em 1979, Maringá demonstra mais uma vez o interesse em se anexar à Sanepar. O deputado estadual Antônio Facci (1979-1982), solicita à Sanepar informações complementares, tendo em vista o interesse do então prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982) em integrar o serviço de água e esgoto da cidade ao Planasa (Diário do Paraná, 09 nov. 1979 *apud* Carneiro, 2025).

A transferência para a Sanepar acontece em junho de 1980, através da lei municipal nº 1376. Apesar da crise no sistema de abastecimento durante a década de 1970, Maringá conseguiu concluir a ampliação de sua rede de água, adquirir novas motobombas para captação e elevar o índice de atendimento para 90%. Em relação ao esgotamento sanitário, deu-se início a expansão do serviço em diversas áreas, construção de estação de tratamento e alcance de cobertura de 32% da cidade. O prefeito João Paulino afirmou que o obstáculo maior era a falta de recursos para a continuidade do melhoramento das redes, tanto de abastecimento, quanto de esgotamento sanitário (O Jornal de Maringá, 13 maio 1980 *apud* Barbosa, 2016).

Ao assumir os serviços em Maringá, a Sanepar identificou que o sistema de abastecimento já havia passado por melhorias consideráveis, demandando apenas ampliações e remodelações pontuais. Em contrapartida, a companhia priorizou a coleta e o tratamento de esgotos: o atendimento, que era de 42.835 habitantes em 1980 (sob gestão municipal), saltou para 96.028 em 1983. Com o planejamento de expansão em curso, a projeção era adicionar mais 68.972 pessoas à rede, atingindo uma capacidade total de 165.000 habitantes (Carneiro, 2025, p.152).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização ocorrido entre as décadas de 1950 a 1970, gerou uma pressão por infraestruturas que o país não conseguiu acompanhar de imediato, como consequência, profundas desigualdades no acesso à água e ao esgoto. Sob o amparo da ditadura civil-militar (1964-1985), o planejamento do saneamento tornou-se uma ferramenta estratégica e centralizadora. Estabelecendo a adoção de uma lógica desenvolvimentista alinhando o saneamento aos interesses do capital. O Planasa fortaleceu as CESBs e enfraqueceu grande parte das autarquias municipais pelo país, visto não haver outra fonte de financiamento a partir do governo federal para com a municipalidade.

Embora as tratativas para a anexação do município de Maringá à Sanepar tenham surgido em 1973, sob a gestão do prefeito Sílvio Magalhães Barros, e contado com o apoio da Câmara de Vereadores e dos diretores da Codemar, o município acabou por recuar e a justificativa do prefeito foi a de a gestão municipal garantia tarifas menores em comparação com o modelo imposto pela Sanepar.

Essa justificativa pode não ter sido apenas por estratégia econômica, mas também uma poderosa ferramenta de capital político. Para a gestão municipal poderia ser estratégico manter essa imagem administrativa no próprio município, dada a autossuficiência que se aproximava. Apesar da autarquia municipal declarar autossuficiência econômica e alcançar índices expressivos de abastecimento na primeira metade da década de 1970, a segunda metade do período foi marcada por severas dificuldades operacionais. O sistema de distribuição passou a operar em sua capacidade máxima, resultando em racionamentos frequentes e na incapacidade de manutenção das redes. Esse colapso culminou, em 1976, na extinção da Codemar e em uma instabilidade administrativa de dois anos, durante os quais a gestão do saneamento oscilou entre uma secretaria municipal e a fundação de uma nova autarquia em 1978.

Com o período de crise vivenciada por Maringá, os jornais apontavam para um segundo momento de aproximação com a Sanepar, agora em 1979, por intermediado do deputado estadual Antônio Facci, que atuou como facilitador entre as esferas municipal e estadual. Esse processo culminou na transferência definitiva dos serviços à Sanepar em junho de 1980.

É relevante notar que, apesar da crise vivenciada, o município concluiu a ampliação de sua rede de água, atingindo um índice de atendimento de 90%. Paralelamente, embora o esgotamento sanitário

PENSAR FORA DO EIXO

apresentasse uma cobertura de apenas 32%, o período foi marcado pela expansão dos serviços e pela construção de uma estação de tratamento.

Ao assumir a concessão, a Sanepar se apropriou da evolução que o sistema de abastecimento de Maringá obteve antes de seu ingresso, o que demandava apenas ampliações e remodelações pontuais, priorizando a expansão da rede de esgoto, cujos índices ainda eram reduzidos. Tal cenário demonstra que o município obteve sucesso ao reestruturar seus serviços sanitários ao longo da década de 1970, mesmo sob severas crises operacionais. No entanto, a escassez de recursos próprios para viabilizar a continuidade e a manutenção das redes, pode ter sido o fator determinante para a transferência definitiva do sistema à esfera estadual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wanderly J. Manso de. **Abastecimento de água à população urbana: uma avaliação do Planasa**. Rio de Janeiro: IPEA/INPS, 1977. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/1b40836b-6637-4497-9be1-1dfeed1de898>

BARBOSA, Leonardo Cassimiro. **As redes técnicas sanitárias na estruturação do território: análise da cidade de Maringá-PR entre 1947-1980**. 342f (Tese de Doutorado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2016. <https://doi.org/10.11606/T.102.2016.tde-13102016-100429>.

CARNEIRO, Arthur Faiotto. **Reflexo da estatização dos serviços sanitários no eixo Metrópole Linear Norte do Paraná (Metronor), durante as décadas de 1970 e 1980**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2025.

Diário do Paraná, edições de: 3 out. 1971; 25 maio. 1973; 21 dez. 1974.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121–192.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RÜCKERT, Fabiano Quadros; FREITAS, Elisa Pinheiro de. **A conquista da água no sul de Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 40–59.